

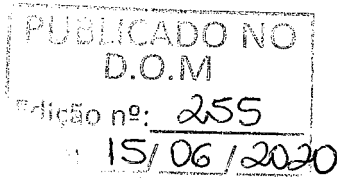


Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 986

DE 15 DE JUNHO DE 2.020.



“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº 071/18 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/18 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2104/2018, CELEBRADO ENTRE A MUNICIPALIDADE E A EMPRESA STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DANILO BARBOSA MACHADO, Prefeito do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no artigo 86, VIII da Lei Orgânica do Município de Cajamar.

Considerando a formalização do Contrato nº 071/18, oriundo do Pregão Presencial nº 021/18 – Processo Administrativo nº 2.104/2018, celebrado entre a municipalidade e a empresa STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA EIRELI, que tem por **objeto**: *“Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de radiocomunicação digital, de alta disponibilidade e cobertura mínima de 90% (noventa por cento) do Município, com o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, padrão aberto DMR 9digital Mobile Rádios), com protocolo digital ETSI-TS-102-361 e chave de criptofonia AMBE+2 como medida de segurança, operando no espectro de radiofrequência dentro da sub faixa de frequência de VHF/FM de 148 a 174 MHz com espaçamento de canais de 12,5 KHz conforme a Resolução ANATEL nº 674, de 13 de fevereiro de 2017, canais duplex com ‘off-set’ entre transmissão (TX) e recepção (RX) de 4,6 MHz (frequências já autorizadas), com método de acesso em TDMA (Time Division Multiple Access ou Acesso Múltiplo por Divisão de Tempo), para uso das equipes de emergência (Guarda Civil Municipal, Diretoria de Trânsito e transporte, Central de Ambulâncias e Coordenadoria de Defesa Civil), conforme características e especificações contidas no Termo de Referência e Anexos deste Edital”;*

Considerando a necessidade de designar Fiscal do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; e

Considerando o Parecer Jurídico AJI nº 0113/2020 e demais documentos que instruem o **Processo Administrativo nº 1.804/20**.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado como Fiscal do Contrato nº 071/2018 (Pregão Presencial nº 021/18 – Processo Administrativo nº 2.104/2018), o servidor público **SIDNEY KED** – RE 17.847, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Parágrafo Único. Na ausência e impedimentos do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor público efetivo **WESLEY BARBOSA PEDROSO DE OLIVEIRA** – RE 16.925, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Urbana.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria nº 986/20 – Fls. 02

Art. 2º O Fiscal do Contrato nº 071/2018 representará a Municipalidade perante a empresa contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, controle e fiscalização, devendo ainda:

- I - anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;
- II - conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
- III - comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
- IV - exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
- V - comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;
- VI - recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
- VII - receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante Termo Circunstanciado ou Recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
- VIII - testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
- IX - analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
- X - encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria nº 986/20 – Fls. 03

- XI - comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
- XII - fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
- XIII - verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
- XIV - exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;
- XV - cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e
- XVI - zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de março de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Cajamar, 15 de junho de 2020.

DANILO BARBOSA MACHADO
Prefeito Municipal

Registrada no Departamento Técnico Legislativo e publicada no Diário Oficial do Município.

LUCIANA MARIA COELHO DE JESUS STELLA
Departamento Técnico Legislativo